



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000352550**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2101786-82.2025.8.26.0000, da Comarca de São Bernardo do Campo, em que é agravante NEUZI APARECIDA CARDINALI, é agravada JOICE CRISTINA DE AGUIAR.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Não conheceram do recurso. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LIA PORTO (Presidente sem voto), ADEMIR MODESTO DE SOUZA E LUIZ ANTONIO COSTA.

São Paulo, 9 de abril de 2025.

**JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES**

**Relator**

Assinatura Eletrônica

**VOTO Nº 38543**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2101786-82.2025.8.26.0000**

**COMARCA: SÃO BERNARDO DO CAMPO - 6ª VARA CÍVEL**

**JUIZ(A) DE 1ª INSTÂNCIA: PATRICIA SVARTMAN POYARES RIBEIRO**

**AGRAVANTE: NEUZI APARECIDA CARDINALI**

**AGRAVADO: JOICE CRISTINA DE AGUIAR**

**7ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de imissão de posse. Insurgência contra decisão que determinou a suspensão por um ano, nos termos do artigo 313, V, "a", do CPC. Decisão que não se enquadra no rol taxativo do artigo 1.015 do CPC. Ausência dos requisitos para mitigação do rol Precedentes. Recurso não conhecido.**

Trata-se de recurso de agravo de instrumento contra a respeitável decisão de fls. 699/702 dos autos principais, que na hipótese prevista no art. 313, V, "a" do CPC, determinou a suspensão do feito, pelo prazo de um ano (aguardar o deslinde da ação de reconhecimento e dissolução de união estável).

Pleiteia o agravante, em suma, o afastamento da suspensão da presente imissão na posse, uma vez que o domínio inegavelmente é seu, com título devidamente transcrito no álbum imobiliário.

É a síntese do necessário.

O recurso não comporta conhecimento.

Para a interposição de recursos a partir de 18 de março de 2016, passaram a ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma prevista no Código de

Processo Civil.

Com efeito, observe-se o que estabelece o artigo 1.015 do epigrafo Codex:

“Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:  
I - tutelas provisórias;  
II - mérito do processo;  
III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;  
IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;  
V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;  
VI - exibição ou posse de documento ou coisa;  
VII - exclusão de litisconsorte;  
VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;  
IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;  
X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;  
XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;  
XII - (VETADO);  
XIII - outros casos expressamente referidos em lei.  
Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.”

Portanto, uma vez que a nova disposição do Código de Processo Civil prevê como acima disposto, rol taxativo de decisões interlocutórias que podem ser atacadas via agravo de instrumento, não se incluindo, entre elas, a decisão recorrida, o presente recurso não deve ser conhecido.

Logo, estando fora das hipóteses arroladas pelo artigo 1.015, e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil, a decisão interlocutória será irrecurável por meio de agravo de instrumento.

A propósito:

Agravo de Instrumento – Ação de Indenização – Insurgência contra a decisão que determinou a suspensão do feito até a prolação da sentença nos autos do divórcio – Decisão agravada que não se enquadra nas hipóteses do rol taxativo do art. 1.015, do CPC – Ausência dos requisitos para mitigação do rol – Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 2010461-26.2025.8.26.0000; Relator Luiz Antonio Costa; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível – 38ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/03/2025; Data de Registro: 31/03/2025)

Agravo de instrumento. Insurgência contra decisão que indeferiu a suspensão do processo de conhecimento. Decisão agravada que não se enquadra nas hipóteses do rol taxativo do art. 1.015 do novo Código de Processo Civil. Ausência dos requisitos para mitigação do rol. Precedentes deste E. Tribunal. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 2046845-22.2024.8.26.0000; Relator Ademir Modesto de Souza; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Limeira – 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/03/2024; Data de Registro: 05/03/2024)

Agravo Interno. Decisão monocrática terminativa que não conheceu do agravo de instrumento interposto contra decisão que, na origem, determinou a suspensão do feito até julgamento dos recursos interpostos pelas partes. Matéria que não está prevista no rol restrito do artigo 1015 do Código de Processo Civil. Recurso improvido. (Agravo Interno nº 2086234-19.2021.8.26.0000; Relatora Maria de Lourdes Lopez Gil; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Pederneiras – 1ª Vara; Data do Julgamento: 18/06/2021; Data de Registro: 18/06/2021)

Agravo de Instrumento. Ação de exigir contas. Insurgência contra a decisão que determinou a suspensão do processo, até o julgamento da ação de reconhecimento e dissolução de união estável. Decisão não incluída no rol de taxatividade mitigada do artigo 1.015 do

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Código de Processo Civil. Excepcionalidade não demonstrada. Inexistência de urgência ou inutilidade do julgamento da questão em eventual apelação. Inadequação recursal. Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento nº 2075160-94.2023.8.26.0000; Relator Natan Zelinschi de Arruda; j. 23/04/2023)

Agravo de instrumento – Suspensão do processo em razão de prejudicialidade externa reconhecida pelo juízo a quo – Hipótese que não desafia o recurso de agravo de instrumento, porquanto não prevista no rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil, que é de taxatividade mitigada – Ausência de urgência a justificar a autorização excepcional do cabimento do recurso contra decisão não prevista no referido rol – Processo que retomará seu prosseguimento após o decurso do período de um ano ou após o julgamento da demanda, caso esse ocorra em primeiro lugar – Decisão mantida – Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento nº 2222200-85.2020.8.26.0000; Relator Marco Fábio Morsello; j. 20/10/2020)

Oportuno enfatizar, ademais, que embora o rol do artigo 1.015 do Código de Processo Civil seja de taxatividade mitigada (Tema 998, STJ; REsp 1696396/MT e REsp 1704520/MT), não se verifica nos autos urgência capaz de autorizar o conhecimento do recurso.

Posto isto, não se conhece do recurso.

**JOSÉ RUBENS QUEIROZ GOMES**

**Relator**